



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Êmerson Sampaio lamentou a falta de comparecimento dos vereadores às sessões legislativas desta Casa e que a falta de quórum seja notícia na imprensa local. Defendeu que haja alguma forma de punição para os faltosos, como o desconto dos dias de falta. Comentou que, nos programas de rádio, a CMB é jogada na lata de lixo todos os dias e os radialistas classificam todos os vereadores como vagabundos - não fazendo distinção entre quem vem e quem não vem às sessões. Disse que não aceita pagar esta fatura e esta instituição não deve ser exposta à execração pública: quem deve ser exposto são os faltosos. Lembrou que houve renovação na composição da Casa, sendo os vereadores de primeiro mandato a maioria, porque o povo não aceita mais algumas práticas, uma destas é a falta de quórum, que impede o andamento dos trabalhos legislativos. Opinou que a missão dos novos vereadores é mudar as velhas práticas e resgatar a boa imagem da política, resgatar a imagem da CMB. Reiterou que não se critica isoladamente um vereador ou outro, critica-se a instituição legislativa, não se fala mal apenas dos faltosos, condenam-se todos os vereadores. Tratou depois da obra do BRT, que vem se arrastando há longos anos, chamando atenção para a depredação dos trechos já construídos do sistema: as estações estão sendo destruídas – pichadas, apedrejadas - e os equipamentos – como as grades de proteção e os corrimões de aço inoxidável - estão sendo roubados. Avaliou que não se pode apenas construir e deixar sem proteção estas instalações e a Guarda Municipal não tem atuado eficientemente na segurança destes espaços. Expressou que, do modo como as coisas estão se encaminhando, quando for finalizado o BRT, os trechos iniciais precisarão ser reformados. Assim, brinca-se com o dinheiro público, gastando-se duas vezes no mesmo local, deixando-se de atender outras necessidades. Por outro lado, comentou, os vândalos e meliantes em nossa cidade estão bem à vontade para fazer o que quiserem. Relatou que, na noite anterior, teve que deslocar-se de sua casa, no Tapanã, até o Aeroporto Internacional de Belém para buscar um amigo que chegara de viagem, fazendo depois o percurso de volta. Disse ter encontrado, em todo o trajeto, trafegando entre meia noite e duas horas da manhã, apenas uma viatura da polícia, que estava estacionada em frente a um local onde ocorria uma festa. Usou da palavra em seguida o vereador Mauro Freitas (assumindo a presidência da Mesa o vereador Toré Lima) e considerou que a matéria do jornal O Liberal do dia anterior, divulgando a falta de quórum nas sessões legislativas deste Poder, serve de alerta para todos os parlamentares, especialmente para aqueles que concorrerão nas próximas eleições. Disse que este é um problema recorrente, existindo em outras legislaturas, e que concorda com o posicionamento do vereador Êmerson Sampaio a respeito. Informou que respondeu afirmativamente quando perguntado se a CMB poderia fornecer parlamentares de qualidade ao nosso estado. Comparou a Câmara Municipal de Belém a um para-choque: a população, com suas demandas, procura os vereadores, interagindo diretamente com estes. O mesmo não ocorre na Assembleia Legislativa do Estado – ALEPA, onde é muito difícil para uma pessoa do povo conseguir falar com um deputado estadual. Muito mais difícil, e até impossível para o cidadão comum, é conseguir falar diretamente com um deputado federal ou com um senador em Brasília. Concluiu que a população só consegue ter acesso realmente aos vereadores, por isto esta casa legislativa é muito movimentada. Lembrou que Miguel Rodrigues, parlamentar desta Casa na legislatura anterior, dizia “não somos vereadores, somos trinta e cinco prefeitos”, pois a população procura os vereadores com a esperança de que estes resolvam todos os problemas que trazem, esquecendo ou não sabendo das limitações que os parlamentares municipais têm – regimentais e pessoais. Ressaltou que, apesar destas limitações, os vereadores atendem o povo todos os dias. Por este motivo,

considera que estes têm plenas condições de assumir mandatos no legislativo e no executivo – em nível estadual ou federal. Desejou boa sorte a todos os vereadores da CMB que concorrerão nas próximas eleições, expressando acreditar plenamente na qualidade destes, pois o exercício do mandato de vereador é um aprendizado, capacitando-os a exercer outras funções na vida pública. Em relação à falta de quórum, pediu a seus pares que se lembrem do juramento feito quando foram empossados e que, apesar dos compromissos externos que todos têm, cumpram com o dever de comparecer às sessões legislativas. Observou que a Câmara Municipal de Belém é o parlamento mais importante da cidade, porque, sem a aprovação de projetos importantes, esta não anda. Externou que sob a responsabilidade dos vereadores está o crescimento e ampliação de um município que já tem 402 anos de idade e enfrenta muitos problemas, vários deles devidos ao descaso e falta de comprometimento dos parlamentares que aqui já estiveram. Exortou os demais vereadores, neste ano eleitoral, a cumprir seu papel neste Poder, votando os projetos que são importantes para a cidade, e fazer campanha política fora do parlamento. Reassumiu, em seguida, a presidência da sessão. Joaquim Campos parabenizou o jornal O Liberal pela matéria imparcial denunciando as ausências dos vereadores em plenário na CMB. Salientou que, exceto nas duas ocasiões em que esteve doente e não pode vir trabalhar, foi assíduo a todas as sessões, sendo sempre o primeiro vereador a chegar. Notou que o único trecho trafegável decente na Avenida Augusto Montenegro, em frente à Estação Rádio da Marinha, já está cheio de “araras”, radares que medem a velocidade dos veículos para posterior aplicação de multas. Entretanto, nos locais onde as pessoas estão sendo atacadas naquela via, não há câmeras para inibir a ação dos malfetores ou para identificá-los. Defendeu que se faça uma CPI para investigar as ações da SEMOB, porque esta só ataca o bolso dos cidadãos. Disse que na CMB o executivo municipal tem uma base forte, mas para cada vereador deve prevalecer o bom senso, pois foram eleitos para atuar em benefício do povo e não apenas para apoiar A, B, C ou D. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS, disse que a matéria publicada pelo jornal O Liberal teve uma repercussão extremamente negativa. Observou que os vereadores têm geralmente pessoas a esperar por eles nos gabinetes, com seus pedidos e demandas. Explicou ter adotado um critério: somente atende lideranças comunitárias se estas estiverem acompanhadas de, no mínimo, dez pessoas - não atende pessoas isoladamente. Externou que todos os parlamentares têm o compromisso de vir às sessões legislativas e não virar chacota em nenhum tipo de jornal. Deixou clara a separação que faz da profissão que exerce como repórter e apresentador de televisão desta outra que o povo lhe concedeu, que é ser vereador de Belém: não leva nada pessoal de uma para a outra e não é bonzinho, é justo. Quanto à segurança pública, testemunhou que vê nas redes sociais pronunciamentos de pessoas que nunca moveram uma palha sequer para ajudar a tropa da Polícia Militar, nunca prestaram um serviço social, nunca fizeram nada que os permitisse entender como os membros desta corporação estão sendo massacrados pelos criminosos, o quanto são combatidos pelo crime. Inteirou a plenária sobre mensagens vindas de dentro dos presídios oferecendo recompensas pela morte de policiais, informando sobre suas rotinas, orientando sobre procedimentos para que sejam executados. Avaliou que, se o governo não receber recursos para investir na segurança pública, nada será resolvido. Pontuou que o trabalho social precisa ser feito, mas neste momento é preciso centrar os esforços no combate à violência e na proteção dos agentes da segurança pública. Asseverou que a grande maioria dos policiais militares gosta do que faz e honra a farda que usa. Assim sendo, considerou leviandade vir à tribuna falar mal da Polícia Militar sem ter nunca participado de uma situação de violência contra agentes da lei e sem ter conhecimento de causa. Garantiu que, sem a proteção das forças de segurança, nossa situação seria muito pior e lembrou que, quando nos vemos em uma situação de perigo, a primeira coisa que fazemos é chamar pela polícia. Fernando Carneiro, pelo PSOL, reportou-se à denúncia de superfaturamento nas obras do BRT em um contrato assinado em 2014, já durante a gestão do prefeito Zenaldo Coutinho, com a empresa Paulitec Construções S/A, responsável pela obra civil e de engenharia do empreendimento. O montante deste contrato é de 155 milhões de reais, sendo o desvio ou superfaturamento da ordem de 47 milhões de reais, quase um terço do total. Expôs que não se trata de uma suspeição sem fundamento, pois o Ministério Público Federal – MPF e a Controladoria Geral da União - CGU são os autores da denúncia. Manifestou que esta Casa deve posicionar-se a respeito, lembrando que uma das atribuições de um vereador, além de legislar, é fiscalizar as ações do Poder Executivo Municipal. Lembrou que na CMB até três Comissões Parlamentares de Inquérito podem funcionar simultaneamente e não há nenhuma CPI instalada atualmente. Opinou que a cidade de Belém merece que esta CPI seja criada, para que esclarecimentos sejam prestados à população. Considerou que esta seria uma oportunidade da PMB mostrar ao público o que realmente aconteceu. Ponderou que existe um fato concreto, condição indispensável para a instalação de uma CPI: um relatório elaborado por um órgão fiscalizador em nível federal, responsável por auditar gastos, a Controladoria Geral da União (lembrando que 83% dos recursos vindos para o BRT são federais). Avaliou que a situação fica então cada vez mais grave. Informou que esta empresa foi envolvida, ainda que de forma secundária, na Operação Lava Jato e que a obra do BRT está orçada em cerca de 400 milhões de reais e já dura nove anos. Deve ser feita assim uma prestação de contas, com transparência e serenidade, daquilo que está sendo gasto. Pediu então aos demais

vereadores apoio para a instalação da CPI para dar uma resposta ao povo de Belém sobre as denúncias feitas pela CGU e pelo MPF. Marinor Brito, pela liderança da Oposição, disse concordar com o vereador Mauro Freitas quando este enfatizou a necessidade de comparecimento dos vereadores às sessões legislativas para que o parlamento municipal cumpra o papel fundamental de elaborar leis importantes para a sociedade. Discordou, entretanto, de sua afirmação de que a tribuna não pode ser usada politicamente, expressando denúncias, o que seria uma forma de pirotecnia política. Ressaltou que uma das funções do vereador é investigar, seja em ano eleitoral ou em ano não eleitoral: isto é definido constitucionalmente e fazem-no sempre. Recordou que há um pedido de CPI para investigação do sistema de transporte coletivo do Município, de autoria do vereador Zeca Pirão, há anos e até hoje esta não foi instalada. Expôs que o MPF - através do procurador da República, senhor Daniel César Azeredo Avelino - pediu à CGU que investigasse os contratos das obras do BRT Belém em 2014. O relatório foi divulgado agora e traz elementos importantes para a municipalidade, considerando-se o impacto que este empreendimento - que já se arrasta há nove anos e três mandatos - tem na vida da cidade. Há a denúncia de superfaturamento da ordem de 47 milhões de reais, que poderiam ser aplicados em saneamento e educação. Além disso, há ausência de parecer jurídico, das minutas do edital e do contrato, e número máximo de empresas consorciadas sem justificativa. Assim sendo, está incompleta a documentação necessária para demonstrar a capacidade técnica da empresa. Falta também a pesquisa prévia dos preços e há divergências quanto ao preço estimado. Há problemas técnicos diversos, além do descumprimento do prazo de entrega. Destacou que não se trata apenas de fazer oposição – trata-se de um dever. Recordou que foi feita uma tentativa de investigar tudo isto anteriormente (por iniciativa da ex-vereadora Sandra Batista, no mandato anterior do prefeito Zenaldo Coutinho). Infelizmente, julgou, o relatório apresentado pelo ex-vereador Pio Netto inocentou o ex-prefeito Duciomar Costa, embora Sandra Batista tenha feito um relatório em paralelo. Conclui que, assim sendo, se a CMB isentou Duciomar Costa de culpa, a responsabilidade pelas irregularidades cabe ao prefeito Zenaldo Coutinho e isso deve ser apurado. Toré Lima, pela bancada do PRB, manifestou que há duas ou três semanas vem falando sobre a falta de comparecimento dos vereadores às sessões legislativas deste Poder. Lembrou que são apenas três os dias em que os parlamentares têm a obrigação de estar nesta Casa, no período de nove horas até as onze horas e quarenta e cinco minutos. Ainda assim, não se consegue ter dezoito vereadores em plenário na maioria das vezes. Nas últimas três semanas, em apenas dois dias houve quórum, sendo que, no último destes, houve quórum apenas para continuar a sessão, mas não houve quórum que permitisse a votação e a sessão terminou mais cedo. Reputou ser inadmissível que todos os dias, ou quase todos os dias, haja apenas três vereadores em plenário para abrir a sessão às nove horas da manhã. Considerou que isto é um total desrespeito para com esta Casa e para com a população de Belém. Julgou esfarrapada a desculpa de muitos parlamentares de que tem outros compromissos, pois também tem outros compromissos, mas cumpre com o compromisso assumido de estar em plenário às nove horas da manhã e todos devem cumpri-lo. Ressalvou que há exceções: uma vez ou outra, por motivos de saúde ou outras situações particulares, justifica-se o não comparecimento às sessões. Entretanto, a regra tornou-se a exceção e isto não pode acontecer. Notificou a plenária ter apresentado uma emenda modificativa ao Regimento Interno da CMB reduzindo a quinze minutos o Horário do Expediente e a quinze minutos o Horário de Liderança, de modo a haver mais tempo para discussão e votação dos requerimentos e projetos de lei. Pediu à Mesa que, para coibir as ausências dos parlamentares, seja aplicado o artigo 143 do Regimento Interno, que estabelece o desconto salarial pelos dias de falta sem justificativa ou licenciamento. Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B, comentou que, a cada dia que passa, a estrada que liga Belém a Mosqueiro torna-se menos trafegável. Nos feriados, o número de veículos que por ali passa é muito intenso. Avaliou que, brevemente, a condição daquela via será tão ruim quanto era trinta anos atrás. Há muitos buracos, onde vários veículos acabam caindo e sofrendo danos, e isto é uma prova da ausência de manutenção daquela pista. Solicitou que esta Casa faça chegar ao órgão estadual competente o pedido de recuperação desta estrada – um trabalho sério, com raspagem e substituição do asfalto antigo. Relatou que, na noite anterior, vindo de Mosqueiro no meio da chuva, verificou que não é possível mais mover-se com mais rapidez naquela via, que se encontra em abandono total. Acrescentou que isto ocorre com todas as estradas e rodovias do Pará. Declarou que o governo do Pará deve ser mais presente em nosso estado. Aditou que a ilha de Mosqueiro não pode servir apenas como palanque eleitoral, apregoando-se investimentos de milhões na orla. Declarou ser necessária maior fiscalização na execução destas obras e melhor sinalização e manutenção da estrada. Não é necessário haver tanta fiscalização da SEMOB e do DETRAN para multar as pessoas que visitam a ilha. O vereador Rildo Pessoa solicitou então que fosse feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma aos senhores Jorge Luiz Pinheiro, Mário Monteiro Gomes e Antônio Carlos Reis, todos servidores desta Casa. O vereador Henrique Soares solicitou que esta homenagem fosse estendida à senhora Ana Cruz, servidora do Banco da Amazônia, que falecera repentinamente no dia anterior. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então um minuto de silêncio atendendo às solicitações anteriores. Passou-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Toré Lima solicitando que esta Casa manifeste voto de repúdio aos

preços abusivos praticado pelos comerciantes de bebidas no Mangueirão durante os eventos esportivos. Foi primeiramente posta em votação a emenda ao requerimento, de autoria do vereador Henrique Soares, substituindo “voto de repúdio” por “voto de protesto”, sendo esta rejeitada por maioria, com treze votos contrários, seis votos favoráveis e sete abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Rildo Pessoa, Gustavo Sefer, Toré Lima, Sargento Silvano, Henrique Soares, Bioco, Marinor Brito, Víctor Dias e Igor Andrade. Foi feita depois a votação do requerimento, sendo este também rejeitado por maioria, com dez votos contrários, oito votos favoráveis e oito abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Rildo Pessoa e Toré Lima. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Proíbe o uso, por profissionais da área da Saúde, de equipamentos de proteção individual fora do ambiente de trabalho no Município de Belém e dá outras providências”, referente ao Processo nº 840/17, de autoria do vereador Mauro Freitas. Assumiu, neste momento, a presidência da sessão o vereador Toré Lima. Participaram da discussão os vereadores Rildo Pessoa, Dr. Chiquinho (com apartes dos vereadores Henrique Soares, Fernando Carneiro e Mauro Freitas), Henrique Soares (com apartes dos vereadores Mauro Freitas, Fernando Carneiro e Dr. Chiquinho), Lulu das Comunidades (com apartes dos vereadores Mauro Freitas e José Dinely) e Joaquim Campos. Foi feita depois a leitura do artigo 1º e da emenda modificativa a este, de autoria do vereador Mauro Freitas. Fizeram o encaminhamento os vereadores Henrique Soares, Fernando Carneiro e Mauro Freitas. Posta em votação, a emenda foi aprovada por maioria com dezoito votos favoráveis e duas abstenções. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Fez-se posteriormente a leitura do artigo 2º e da emenda supressiva a este, de autoria do vereador Mauro Freitas. Posta em votação, a emenda foi aprovada por unanimidade, com vinte votos favoráveis. Passou-se depois à leitura do artigo 3º e da emenda aditiva a este, de autoria do vereador Mauro Freitas. Fez o encaminhamento o vereador Fernando Carneiro, ficando o projeto em votação. Findo o horário regimentalmente estabelecido, o presidente Toré Lima encerrou a sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores: Delegado Nilton Neves, Fabrício Gama e Gleisson. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa e Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Bioco, Marciel Manão e Zeca Pirão, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR; Víctor Dias, Gustavo Sefer, Lulu das Comunidades e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Blenda Quaresma, Igor Normando, Joaquim Campos e John Wayne, pelo bloco PMDB – PHS; Nehemias Valentim, Paulo Bengtson, Moa Moraes e Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Wellington Magalhães, Celsinho Sabino e José Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Adriano Coelho e Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Dr. Chiquinho, Marinor Brito e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 26 de março de 2018.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário